

é uma peça importante acerca do que de mais interessante há na investigação francesa contemporânea, aliás, uma investigação cada vez mais internacionalizada, mantendo, contudo, algumas das virtualidades que lhe são próprias, muitas vezes cheias de valor criativo, quando comparadas com as de sede anglo-saxónica, frequentemente mais convencionais.

Três notas finais: Uma sobre a terminologia: não é essencial mas merece elogio esta ideia, presente no termo não-conformista, de que há uma capacidade longa de resistência na investigação económica. O livro mostra que ela merece ter uma memória, a qual se obtém pela evidência dos seus sinais de coerência. O facto de se definir pela negativa não ilude o sentido da luta e também não esconde que a agregação, sendo possível, se baseia sobretudo na recusa dos padrões e implica intuições e problemas de investigação muito diversos.

Outra nota sobre a estrutura do próprio livro: para além da introdução e dos quatro capítulos (Walras, Antonelli e Simiand, para ilustrar o debate crítico sobre a economia pura estática, o primeiro; Albert Aftalion e Bertrand Nogaro, sobre as crises e os equilíbrios automáticos, no segundo; o ISMÉA e Perroux no terceiro; as correntes contemporâneas, no último), há no final um repertório dos investigadores contemporâneos, um «quem-é-quem» bio-bibliográfico dos não-conformistas franceses, dos já citados a Michel Aglietta, Robert Boyer e Alain Lipietz, passando por Maurice Allais, Alain Cotta, Louis Dumont, Ignacy Saches, Gérard Destanne de Bernis e Pierre Dockès e chegando a André Orléan, Pierre Rosanvallon, Alexis Jacquemin, Michel Beaud, Michel Albert e Jean Pierre Dupuy, para só anotar alguns dos mais referenciados em Portugal.

A nota final é sobre os autores: Jean Weiller é um professor de 90 anos, especialista de economia internacional, criador da

noção de «preferências de estrutura» que, com a de «grande unidade interterritorial» de Maurice Byé, esteve muito presente na investigação de Perroux sobre os «efeitos de dominação». Bruno Carrier é um jovem investigador de um pouco mais de 30 anos, que trabalha sobre economia multidimensional e política económica internacional.

José Reis

173

---

Malcolm Waters, (1994),  
*Modern Sociological Theory*,  
London, Sage.

---

A sistematização e análise do pensamento sociológico é uma tarefa que de um modo geral tem ocupado um papel importante no labor intelectual dos sociólogos ditos teóricos. Desde o trabalho clássico de Pitirim Sorokin, *Contemporary Sociological Theories* (1928), até aos dias de hoje, encontramos uma multiplicidade de propostas de organização das teorias sociológicas. De uma forma ou de outra, podemos dizer que estas propostas sempre sofreram as influências dos quadros teóricos historicamente dominantes, gerando-se uma relação dialéctica de mútua dependência entre as «estruturas» teóricas existentes e o modo como são ordenadas. Num contexto teórico como o actual, caracterizado pela ausência de paradigmas dominantes e pelo eclectismo e pluralidade das abordagens teóricas da sociologia, foram-se multiplicando igualmente os critérios de «categorização» teórica utilizados pelos que, operando num registo de organização/sistematização (Carriho, 1982, 1987) do conhecimento/saber sociológico, procuram proceder à sua identificação, ordenação, classificação, comparação e análise.

A Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Sociologia e a Análise Metateórica (sobretudo esta última), ao tomarem por objecto de estudo a relação entre o conhe-

cimento e os contextos da sua produção, a análise paradigmática e a investigação e análise das próprias teorias, criaram as condições de visibilidade da natureza problemática da actividade organizadora e sistematizadora do conhecimento sociológico. No âmbito desta discussão, merecem particular destaque a análise metateórica desenvolvida por George Ritzer (1991, 1992, 1992a), nomeadamente o subtipo de análise metateórica (Mu), que tem por objectivo «proporcionar métodos sistemáticos de compreensão, avaliação, crítica e melhoria das teorias existentes» (1992a: 656), e a «análise metateórica» proposta por Walter Wallace, que se define como «o estudo estritamente descritivo (e por vezes prescritivo) das teorias em si» (1992: 53). Das múltiplas estratégias seguidas na organização e sistematização do pensamento sociológico, nos dão conta, entre outros, os autores já referidos, não sendo este o lugar para aprofundarmos esta questão.

Surgem estas considerações a propósito do livro de Malcolm Waters, *Modern Sociological Theory*, que nos traz uma tese interessante do ponto de vista da sistematização das teorias sociológicas. A obra encontra-se organizada em 10 capítulos. No 1º Capítulo, o autor procura fundamentar a opção metodológica de organizar as várias teorias e autores em torno de conceitos considerados fundamentais enquanto, no último capítulo, faz um balanço sobre o actual estado da teoria sociológica. Os capítulos intermédios, que tratam de expor a matéria teórico-conceptual, apresentam uma estrutura muito semelhante. Em primeiro lugar, surge a apresentação e definição do conceito ou tópico em torno do qual se organiza o capítulo; em segundo lugar, procede-se à identificação dos «argumentos fundadores» que estiveram na origem da actual reflexão teórica; em terceiro lugar, dá-se conta dos desenvolvimentos teóricos contemporâneos; em quarto lugar, apresenta-se uma conclusão que sumaria e sintetiza os principais aspectos abordados ao

longo do capítulo; em quinto lugar, é feito um balanço crítico das teses estudadas; e, finalmente, em sexto lugar, aconselha-se um conjunto de leituras para aprofundamento da temática. Os conceitos fundamentais que estruturam cada um dos capítulos são os seguintes: *Agency* (Cap. 2); Racionalidade (Cap. 3); Estrutura (Cap. 4); Sistema (Cap. 5); Cultura e Ideologia (Cap. 6); Poder e Estado (Cap. 7); Diferença Sexual e Feminismo (Cap. 8); Diferenciação e Estratificação (Cap. 9).

Centremo-nos na estratégia de categorização teórica e nos pressupostos teóricos subjacentes à análise do autor. Podemos identificar os seguintes pressupostos teóricos: primeiro, recusa de uma organização das teorias sociológicas quer por escolas de pensamento, quer, de forma casuística, por autores; segundo, defesa da existência de uma «tradição teórica em Sociologia» que pode ser transmitida; terceiro, a ideia de que as teorias que fazem parte desta tradição abordam questões comuns; quarto, as várias abordagens teóricas, ao debruçarem-se sobre essas questões fazem-no de uma forma polémica, que revela a discordância, por vezes irreconciliável, entre muitas das propostas; quinto, o desacordo e os debates entre as várias abordagens teóricas têm sempre lugar dentro do mesmo universo de discurso (cf. xi).

Uma das ideias basilares da «estratégia de categorização» teórica seguida pelo autor é a de que, apesar de existirem «abordagens completamente irreconciliáveis» do ponto de vista teórico, estas partilham o mesmo universo de discurso. Mas se a «irreconciliabilidade» teórica — num outro registo diríamos «conflitualidade» (Nunes, 1982; Santos, 1987; 1989) — é característica do campo teórico da Sociologia, como delimitar esse campo do jogo teórico? Quais os parâmetros do «universo discursivo» partilhado pelas várias teorias?

O autor defende que «os contornos desse universo surgem através de quatro conceitos que a teoria não pode nunca ignorar:

*agency*, racionalidade, estrutura e sistema». Tenta, assim, demonstrar «em primeiro lugar, que estes são os focos do debate teórico e, em segundo lugar, que estes conceitos básicos não podem deixar de ser utilizados quando se procura teorizar fenómenos tão concretos como o poder ou como a diferença sexual socialmente construída (*gender*) (xi)».

A perspectiva defendida de que existe uma tradição teórica na Sociologia que pode ser captada por uma «estrutura» de conceitos que, apesar das divergências entre as várias abordagens teóricas, delimitam o «universo discursivo» partilhado pelos sociólogos é um exercício intelectual que lembra *mutatis mutandis*, entre outros, os trabalhos, já dados, de Robert Nisbet e de Guy Rocher.

Quase dispensa apresentações Robert Nisbet e *The Sociological Tradition* (1966), onde igualmente se recusa uma organização do pensamento sociológico por autores ou por escolas, o que conduz a uma abordagem «que não parte nem dos homens nem dos sistemas mas das ideias que constituem os elementos dos sistemas» (p.16). Mostra ainda o autor a importância dos cinco conceitos tradicionais da Sociologia que considera relevantes para a análise sociológica: comunidade; autoridade; *status*; sagrado; alienação. Por seu lado, Guy Rocher (1982 [1970]) propôs-se estruturar o pensamento sociológico em torno de três noções fundamentais: acção social, organização social, e mudança social e acção histórica (p. 14/15), constatando também que, apesar das «divergências de opinião entre os sociólogos» (p. 11) «forjou-se uma linguagem, definiram-se conceitos; elaboraram-se tipologias e construíram-se modelos ou esquemas teóricos» (p. 9/10) e que «certas orientações da reflexão sociológica conseguiram alcançar unanimidade suficiente entre os principais teóricos contemporâneos» (p. 12). Mais recentemente, seguindo uma estratégia apenas em certo sentido análoga, Randall Collins (1994) identifica as quatro tradições teóricas que

lhe parecem mais importantes para a Sociologia — a tradição do conflito, a tradição racional/utilitarista, a tradição durkheimiana e a tradição microinteraccionista — sistematizando em torno delas os contributos teóricos que lhe parecem mais importantes. Este tipo de abordagem do pensamento sociológico, embora não seja o mais comum, é por certo dos mais interessantes. No livro de Malcolm Waters, a aplicação deste tipo de metodologia à sistematização e organização do pensamento sociológico permite relacionar um autor e/ou escola com mais de uma das noções identificadas, ainda que alguns autores e/ou escolas sejam normalmente associados apenas a uma das noções. Por outro lado, torna-se praticamente inevitável reconhecer a importância das tradições teóricas da Sociologia que dão origem às diferentes perspectivas teóricas contemporâneas, pois elas são não só o cimento agregador do plural universo discursivo da sociologia, mas também o *locus* da acumulação de conhecimentos sobre o social.

Esta estrutura flexível faz com que mesmo os tópicos considerados «fundacionais» envolvam diferentes análises teóricas. Por exemplo, o capítulo sobre o conceito de *agency* dialoga não só com as teorias de Mead, Schultz e Giddens, mas também com a perspectiva funcionalista de Parsons e com a teoria crítica de Habermas. Por outro lado, podemos relacionar por exemplo Parsons com os conceitos de *agency*, sistema e estrutura. O livro permite assim uma leitura que vá fazendo sucessivos cruzamentos entre autores e conceitos ou vice-versa. Em síntese, diríamos que cada capítulo procura compaginar a principal ou principais tradições teóricas que estão ligadas ao conceito-chave com um certo eclectismo teórico que selecciona perspectivas consideradas relevantes.

Outro aspecto importante no que concerne à «estratégia de categorização teórica» seguida pelo autor é o da própria noção de teoria. Embora desempenhando um papel

central no seio da disciplina «a teoria sociológica não é um projecto unificado nem completo. Encontra-se diferenciado através de focos de interesse especializados que só parcialmente se encontram ligados» (p. 1). Reveladores das características do campo teórico da Sociologia são a falta de «unificação teórica» e o estatuto «mítico» dos dilemas ou dualismos teóricos como sejam, entre outros, o macro e o micro, acção e estrutura, materialismo e idealismo, individualismo e holismo, racionalismo instrumental e comunicacionismo, neutralidade valorativa e relevância valorativa, etc., que têm lugar cativo nas agendas de investigação dos «recentes movimentos teóricos» visto constituírem-se por antonomásia nos principais objectivos da síntese e integração teóricas.

O facto de a Sociologia ainda não ter conseguido resolver os dualismos supra-citados, para além de promover a reflexão teórica em torno dos mesmos, tem levado a que alguns autores optem por focar precisamente «estas oposições como debates permanentes» (p. 1), que necessitam de ser resolvidos «se não quisermos que a teoria sociológica se transforme num fracasso». Ao abordar esta problemática, o autor considerará que «teorizar é mais um processo do que um efeito e, enquanto estas oposições estiverem presentes na teorização de questões substantivas, a teoria sociológica poderá progredir da mesma forma que a física tem progredido» (p. 1). Ou seja, em vez de resolver essas questões de forma mais ou menos abstracta — o que poderá ser impossível — o que a teoria sociológica tem de fazer é usá-las como premissas para a teorização.

No modelo de análise proposto, são de destacar três elementos fundamentais. Em primeiro lugar, a discussão do que é a teoria e como é praticada; em segundo lugar, a identificação das principais abordagens da teoria sociológica, evidenciando-se a ligação entre as teorizações mais recentes e os clássicos; em terceiro lugar, a identificação

dos conceitos centrais da teoria sociológica que estruturam cada um dos capítulos (cf. p. 2). Detenhamo-nos um pouco em cada um destes elementos.

No que concerne ao primeiro tópico, o autor identifica três tipos básicos de teoria — formal, substantiva e positivista — avançando também com uma grelha classificatória das diferentes práticas e estratégias de teorização. Em ambos os casos tem o cuidado de ir associando a tipologia das teorias e a grelha das práticas de teorização aos autores e escolas estudados no livro (p. 3 a 5).

A identificação das principais abordagens teóricas da Sociologia — falamos já do segundo tópico — é feita com o auxílio do esquema de análise teórica desenvolvida por Jeffrey Alexander (1982), o qual foi «redesenhado» pelo autor do livro. O principal objectivo deste esquema é interrogar-se «acerca dos principais pressupostos ou hipóteses da teoria» (p. 5). O esquema faz duas distinções e correlaciona-as para produzir quatro tipos de teorização. A primeira distinção respeita àquilo que o teórico acredita serem os elementos que cobrem o mundo social, os elementos que o constituem. O teórico pode optar pela perspectiva (subjectiva) de que o mundo social consiste em criações, interpretações, sentidos e ideias do pensamento ou dos sujeitos actores ou pela perspectiva (objectiva) de que a condição humana se caracteriza por um conjunto de regras comuns e imutáveis em que não há qualquer oportunidade de escolha ou de intenção. A segunda distinção relaciona-se com o tipo de explicação oferecida pelo teórico. No primeiro tipo de explicação (individualista), o mundo social é «reduzido» às características de cada um dos seus sentidos ou interesses isolados. O segundo tipo de explicação (holista) refere-se aos todos, sejam eles sistemas de ideias colectivos ou condições materiais partilhadas. A aplicação deste esquema dá origem a quatro tipos de teorização: construcionismo (subjectivo/individualista); utilitarismo (objectivo/individualista); funciona-

lismo (holístico/subjectivo); estruturalismo crítico (holístico/objectivo). Para cada uma destas tradições podem ser especificadas três fases: «uma fase clássica em que cada um dos tópicos básicos de interesse é identificado; uma fase moderna em que cada posição teórica é elaborada e desenvolvida; e uma fase contemporânea ou pós-moderna em que a tradição está sujeita a uma combinação entre a revisão e o pastiche» (p. 5, 6). Ainda segundo o autor, os quatro tipos de teorização identificados representam tradições sociológicas que têm sido reformuladas no período contemporâneo sem deixarem de estar ligadas aos seus antecessores clássicos, com particular destaque para Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

O terceiro elemento do modelo de análise teórica diz respeito à metodologia utilizada na selecção dos componentes da «estrutura» conceptual. São utilizados dois conjuntos de conceitos ou tópicos conceptuais. «Os primeiros quatro destes tópicos são identificados como fundadores em cada uma das quatro abordagens teóricas» acima identificadas (p. 11). Eles são os seguintes; *agency* (construcionismo); racionalidade (utilitarismo); sistema (funcionalismo); e estrutura (estruturalismo crítico) (p.11).

O segundo conjunto de tópicos conceptuais é mais substantivo do que formal, o que torna controversa a sua selecção, visto existir «uma discussão muito maior acerca dos tópicos substantivos centrais da Sociologia» (p. 12). Os conceitos são: «cultura e ideologia», «poder e Estado», «diferença sexual e feminismo» e «diferenciação e estratificação». Os critérios seguidos na sua selecção foram os seguintes: generalidade, ubiquidade, carácter controverso e centralidade.

O livro apresenta-nos também uma reflexão interessante e de algum modo radical sobre o estado da teoria sociológica contemporânea. O autor reprova o que apetece designar por reflexos do paradigma hamletiano na prática da teoria sociológica: a indecisão

e relativismo expressos na literatura sobre as capacidades da teoria sociológica para oferecer um conjunto de respostas unificadas a questões como «porquê a sociedade?», «porquê a ordem social?» ou «qual é o sentido da vida social?». Contrariamente, o autor (integrando-se no que designaríamos por paradigma pombalino da prática teórica) desenvolve uma proposta pragmática para a teoria sociológica caracterizada por quatro aspectos. Primeiro, por indicar as coisas mais importantes que se podem dizer acerca do mundo social no actual momento de desenvolvimento da sociologia (cf. p. 350/351); segundo, por identificar as práticas teóricas que «a teoria tem que evitar» (p. 352); terceiro, por salientar as práticas teóricas que devem ser seguidas (p. 352); quarto, por considerar que «reagrupar a teoria à volta de uma série de tópicos» poderá fornecer «os principais caminhos no desenvolvimento teórico futuro» (p. 354).

Apesar de a empresa levada a cabo por Malcolm Waters operar num domínio de «alto risco teórico» por implicar escolhas e estas serem quase sempre passíveis de se traduzirem em matéria controvertida — por exemplo, é muito discutível que o autor, ao estudar o conceito de *agency* não refira os trabalhos de Pierre Bourdieu e de Margaret Archer, que só virá a utilizar no estudo do conceito de cultura; e por que não escolher conceitos como os de economia, trabalho, regulação ou direito? — julgamos, no entanto, que a proposta é das mais proficuas no domínio da análise teórica.

A sua estratégia de categorização teórica, embora se desenvolva num contexto didáctico/organizativo que visa um melhor esclarecimento dos quadros teóricos existentes na Sociologia, pode ser extrapolada e utilizada analogamente quer com o objectivo de produzir novas teorias, quer com o objectivo de contribuir para a uniformização da linguagem sociológica.

Pela importância que têm os conjuntos de conceitos ou a estrutura conceptual utili-

zada, gostaríamos que o autor tivesse aprofundado esta questão, esclarecendo-nos acerca da relação entre «ciência e linguagem» (Santos, 1989:126 e ss), acerca da possibilidade de «uniformização conceptual» (Wallace, 1992), acerca da «matriz disciplinar» da Sociologia (Wallace, 1988), ou sobre o «uso científico dos conceitos» (Blumer, 1982).

Do nosso ponto de vista, a discussão sobre o uso da linguagem sociológica deverá ocorrer balizada por um contínuo em que num dos pólos se encontram as posições positivistas (várias), para as quais a linguagem e os conceitos utilizados pelos sociólogos são um elemento imprescindível para a acumulação do conhecimento sociológico, estando num outro pólo as posições hermenêuticas (várias), para as quais a interpretação e a fixação dos sentidos linguístico-conceptuais são um jogo em aberto, não sendo a acumulação do conhecimento uma questão fundamental. Pensamos igualmente que, quando se trata de discutir questões conceptuais nas ciências sociais, se torna imprescindível trazer à colação a noção de «facto social total» (Mauss) e a noção de «totalidade» de raiz frankfurtiana.

### Bibliografia

- Blumer, Herbert (1982/1969), *El Interaccionismo Simbólico: Perspectiva Y Método*, Barcelona, Hora Sa.
- Carrilho, M. Maria (1982), *O Saber e o Método*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Carrilho, M. Maria (1987), *Razão e Transmissão da Filosofia*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Collins, Randall (1994), *Four Sociological Traditions*, Oxford, Oxford University Press.
- Nisbet, Robert (1993), *La tradition sociologique*, Paris, PUF.
- Nunes, A. Sedas (1982), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.

- Ritzer, George (1992a), «Methateorizing in Sociology — Explaining the Coming of Age», in Ritzer (ed.) *Methateorizing*, Newbury Park, Sage, 7-26.
- Ritzer, George (1991), *Methateorizing in Sociology*, Lexington Books.
- Ritzer, George (1992), *Sociological Theory*, New York, MacGraw-Hill.
- Rocher, Guy (1982), *Sociologia Geral*, Lisboa, Presença (1970).
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), Relatório sobre a disciplina de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais, Coimbra, FEUC.
- Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.
- Wallace, Walter (1988), «Toward a Disciplinary Matrix in Sociology», in *Handbook of Sociology*, (ed.) N. J. Smelser, Newbury Park, Sage, 23-76.
- Wallace, Walter (1992), «Metatheory, Conceptual Standardization, and the Future of Sociology», in Ritzer (ed.), *Methateorizing*, Newbury Park, Sage, 53-68.

António Casimiro Ferreira

---

Maria Teresa Ferreira Alves  
e Teresa Cid (org.),  
*Melville*,  
Lisboa, Colibri, 1994.

---

De entre os escritores americanos mais importantes do século XIX, Herman Melville (1819-91), não obstante os estudos críticos e académicos de que tem sido alvo (e que impressionam tanto pela quantidade como pela qualidade), permanece o escritor mais difícil de classificar e categorizar, e aquele que menos se encaixa em qualquer das histórias ou paradigmas existentes da literatura americana. (Ou então, encaixa apenas naquela história, em parte derivada do pró-